COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ nº 22.677.520/0001-76 - NIRE 3130003731-2 Companhia Aberta

FATO RELEVANTE

Belo Horizonte - MG, 08 de maio de 2024 - A Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas (CTNM, B3: CTNM3/CTNM4, "Companhia"), comunica ao Mercado que recebeu, no final da última semana, notificação enviada por Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP ORDENES") para a Companhia, AMMO Varejo S.A, Coteminas S.A. e outras empresas do Grupo, em que alegou vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela AMMO Varejo S.A. em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, FIP ODERNES pretende excutir as ações de emissão da AMMO, de titularidade da COTEMINAS e ainda que sejam transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A COTEMINAS, por sua vez, contranotificou FIP ORDENES informando não terem se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem excutidas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, a Companhia vem tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos das Companhias e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias informam que requereram Recuperação Judicial, em conjunto com outras empresas do Grupo e obtiveram deferimento de seus pedidos, conforme trecho da decisão de ontem 07 de maio de 2024:

"37. Pelo exposto, DEFIRO parcialmente o pedido de tutela de urgência para determinar: i) a impossibilidade temporária de produção de efeitos da Notificação Farallon, pela qual noticiou-se o vencimento antecipado das debêntures e a consolidação da propriedade das ações de emissão da requerente AMMO e de titularidade da requerente CSA, não só pelas questões contratuais, mas também por serem caracterizadas como ativos essenciais, diante do fato de ser a detentora das principais marcas do Grupo Coteminas, equiparando-se, portanto, a bens de capital essencial ao desenvolvimento da atividade empresarial do Grupo Coteminas, permitindo-se a continuidade do controle e das suas atividades durante o stay period de

que trata o art. 60 da Lei no 11.101/2005, sob pena de multa a ser fixada por este Juízo; ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra os devedores, nos termos do art. 60, da Lei 11.101.05; iii) determinar que as partes que mantém com as Autoras contratos e obrigações, se abstenham de proceder a resolução desses negócios jurídicos, isso em função da distribuição do presente pedido de recuperação judicial; ressalvo, no entanto, que situações excepcionais podem ser objeto de reanálise por este Juízo, que poderá modular esta decisão em casos específicos, se demandado a tanto."

Com a concessão do pedido a Companhia entende que conseguirá a sua restruturação financeira e de todas as empresas do Grupo.